

07 MAI 1999

Virtudes da boa conversa

A negociação entre os governadores e o presidente da República é, desde janeiro, a própria imagem do desequilíbrio federativo. Os estados, salvo raríssimas exceções, estão com as finanças em situação lamentável. Não possuem recursos para pagar o funcionalismo, não restam economias para honrar dívidas com empreiteiras e suas reservas são consumidas pelos respectivos sistemas previdenciários. A perspectiva de investimento é perto de zero.

A primeira reação veio de Minas Gerais. Itamar Franco, mesclando motivos pessoais, algumas pitadas de nacionalismo com oportunidade de assumir a vanguarda das oposições, decretou sua já famosa moratória. Hoje, o governador mineiro não frequenta as reuniões promovidas pelo presidente da República, pelos governadores de oposição, nem as organizadas pelos que apóiam o governo. Os outros, contudo, tentaram a linha da conciliação e do entendimento.

O anúncio feito há dois dias pelo ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, de que o presidente da República havia concordado com a extinção do Fundo de Estabilização Financeira é o primeiro passo para retirar os estados da situação de profunda dificuldade em que se encontram. Contribui, também, para reduzir o nível de tensão entre as capitais e o governo central. Essa é a medida básica para restabelecer a confiança no diálogo e abrir espaço para futuros entendimentos. Há ainda a compensação, no valor de R\$ 800 milhões, pelas perdas ocasionadas pela Lei Kandir.

O governo federal deverá editar medida provisória permitindo que os executivos estaduais incorporem às receitas os depósitos judiciais. E o presidente assume o compromisso de que

o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social apoiará estados e municípios com o objetivo de acelerar a venda de empresas estatais. Por último, e talvez mais importante, o governo estuda a criação de um fundo destinado, exclusivamente, a financiar os sistemas de previdência dos estados. Em alguns casos, a previdência consome quase 30% dos recursos estaduais.

O conjunto de medidas melhora a atmosfera política e desarma os espíritos. Os governadores, que cancelaram a reunião que seria realizada em Sergipe para evitar um confronto aberto com o presidente da República, começaram a receber as consequências de sua transigência. Esse é o caminho da política, negociação e diálogo. O próprio ministro das Comunicações assumiu riscos ao propor a extinção do FEF, assunto quase proibido na área econômica. E conseguiu, depois de vencer críticas e ultrapassar obstáculos.

Num país em recessão, todos reclamam e ninguém tem razão. O caminho possível é o da negociação, do entendimento e da conversa; muita conversa. Entre janeiro e maio o Brasil deu uma volta completa. Passou pela traumática experiência de liberação do câmbio, enfrentou as piores previsões na área econômica, sobreviveu à moratória mineira. Agora, em mares mais calmos, começa a colher os frutos das providências antes adotadas. O pacto federativo está sendo reescrito com tranquilidade e firmeza pelo presidente da República e pelos governadores. O caminho é sempre esse. Conversa, conversa e conversa. A intransigência eleva o tom das reivindicações, aumenta a discórdia e contribui para dificultar a convivência dos antagonismos no mesmo espaço político.